

Célia Nunes Carvalho

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas

O périplo literário de Gonçalo M. Tavares. Conexões desconexas em *Uma Viagem à Índia**

Eu acho que não vale a pena ter
Ido ao Oriente e visto a Índia e a China
A terra é semelhante e pequenina
E há só uma maneira de viver

Álvaro de Campos

Decalcada sobre o modelo formal de *Os Lusíadas*¹ (pela divisão em dez cantos, pelo rigor numérico das estâncias), *Uma Viagem à Índia*² de Gonçalo M. Tavares recupera, desdobra, amplifica, subverte e rasura, até aos limites da exaustão (ou desconstrução) verbal, a obra maior de Camões, convocando, para esse périplo literário, narrativas de viagens como a *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, ou o *Ulisses*, de James Joyce. O nosso propósito é justamente o de analisar os mecanismos discursivos que, partindo do poema épico camoniano como edifício literário que instituiu a viagem factual à Índia enquanto mito pátrio redentor, retomam a rota das Descobertas para, num movimento retórico subversivo, reduzir o mito da *viagem à Índia* ao plano prosaicamente literal de uma mera deslocação no espaço e no tempo, privada de qualquer transcendência. Em suma, pretendemos reflectir sobre os

* Artigo elaborado no âmbito do Projecto de Investigação *Viagem e Utopia* do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, financiado pela FCT.

¹ Luís de Camões, *Os Lusíadas* (Porto: Porto Editora, sem data).

² Gonçalo M. Tavares, *Uma Viagem à Índia* (Lisboa: Caminho, 2010). Para distinguir as citações da obra das de *Os Lusíadas*, optámos por indicar apenas o número de página.

dispositivos com que este poema épico, simultaneamente antiépico e antipoético, problematiza, na linha de Camões, o lugar de Portugal (e do homem) no mundo e a possibilidade de este encontrar e afirmar o seu lugar ou identidade pela acção redentora da viagem.

Inscrita sob o signo da negação, ostensivamente exibido pela redundância de frases negativas – “Não falaremos do rochedo sagrado / onde a cidade de Jerusalém foi construída”, “Não falaremos de heróis que se perderam / em labirintos / nem na demanda do Santo Graal” (p. 29) –, a Proposição de *Uma Viagem à Índia* institui-se de imediato como programa paródico de dessacralização épica. Em primeiro lugar, pela vontade expressa de anular o sagrado, pois “não se trata aqui de encontrar a imortalidade / mas de dar um certo valor ao que é mortal” (p. 29). Em segundo lugar, pelo apagamento da dimensão colectiva ou pátria do empreendimento marítimo, já que “não falaremos de um povo / que é demasiado e muito. / Falaremos apenas de um homem: Bloom” (p. 44), “e da sua viagem à Índia” (p. 29), “no início do século XXI” (p. 31). Em terceiro lugar, pelo carácter amnésico da viagem, não como construção da identidade, mas como esquecimento ou fuga “para o outro lado de [si]” (p. 196), por se ter perdido a mulher amada e se ter assassinado o próprio pai. Ora, é precisamente na inversão do reflexo épico que radica o gesto assumidamente ficcional e paródico de Gonçalo M. Tavares, numa postura de desmitificação verbal que vira, literalmente falando, *Os Lusíadas* do avesso: “Eis pois o momento de colocar a Grécia / de cabeça para baixo / e de lhe esvaziar os bolsos” (p. 29).

É então sob a figura tutelar de Borges, para quem o formalismo do constrangimento era tudo menos um estreitamento da imaginação, que Gonçalo M. Tavares mobiliza em torno da epopeia de Camões processos de reescrita que, no limite, comprometem a autonomia discursiva ou a legibilidade hermenêutica da sua própria criação. Isto porque *Uma Viagem à Índia* duplica integralmente o modelo semântico de *Os Lusíadas* – a estrutura interna, a narração *in medias res*, os planos da narrativa, as reflexões do poeta, as invocações às musas, os episódios, as personagens, os diálogos, a linguagem –, numa rota traçada pelo texto camoniano, agora concebido como estrutura formal vazia que admite todas as operações lexicais e semânticas de desenraizamento e deportação. Deste exercício de desfiguração paródica, em que a substituição lexical

prova que o conteúdo épico é um referente temporal, irremediavelmente datado, subsiste uma estrutura esquelética que assinala a condenação de *Os Lusíadas* a despojo ideológico de uma época definitivamente perdida, ao mesmo tempo que os consagra como artefacto literário sobre o qual se podem agrafar e grafar todas as histórias.

Substituir o conteúdo histórico dos Descobrimentos pelo contexto referencial da contemporaneidade mobiliza procedimentos discursivos tão diversos quanto o empobrecimento lexical, a actualização sinonímica ou a deslocação retórica, em que a exploração vocabular é na realidade implosão verbal, como imagem reflectida e distorcida da grandiosidade épica de quinhentos, fatalmente reduzida à escala da nossa modernidade. A dessacralização da epopeia passa, portanto, pela manutenção das isotopias de Camões, agora semanticamente redefinidas ou ideologicamente rasuradas, num processo de sistemática disseminação e erosão vocabular tanto mais reconhecível que ela se manifesta no interior da própria sintaxe camoniana. Um dos exemplos paradigmáticos é o da reescrita do Plano da História de Portugal, aqui circunscrito a relato autobiográfico, que, ao subverter as lutas territoriais lusas pelas conquistas comerciais e patrimoniais dos Bloom, confinou “patriotas exaltados [que] prepararam guerras, / tratados, a nossa campa e a estátua deles” (p. 127) ao mapa épico e ético de Camões. De facto, é deslocando a isotopia bélica camoniana, semanticamente reduzida ou expandida, que Gonçalo M. Tavares desvirtua o seu alcance axiológico. Seja substituindo, no episódio de Nuno Álvares Pereira, os antigos valores de coragem e pátria pelo seu corolário contemporâneo – esse “optimismo [que] vê, do metro quadrado onde está, / o restante mundo, o vasto / mundo” (p. 171). Seja trivializando o ajuntamento camoniano “das gentes populares” (IV, 22) em torno do rei D. João I em “homens que se juntam como se fossem / muito abundantes, e juntos avançam / para aprovar uma lei no parlamento” (p. 174). Seja esvaziando a antiga glória lusa, quando abre “no campo que [o vencido] vai deixando ao vencedor” (IV, 43) um espaço “livre / para se construir nele uma escola, uma igreja, / uma fábrica poderosa ou mesmo uma quinta / com animais” (p. 181).

O retrato do Ocidente é assim mediado e medido por esse confronto intertextual com *Os Lusíadas*, espelho impoluto onde se reflete o nosso

vazio existencial³, retoricamente assinalado por uma literalização da linguagem, que o discurso traduz quando restringe o elogio de Júpiter aos lusos, esse “esforço mais que humano / Que nunca se verá tão forte peito” (II, 55), a uma peculiaridade anatómica de Bloom, “esse peito tão corajoso que o restante corpo / parece / sempre surgir numa sala como se fosse apenas / a segunda parte dessa proa arrogante que abre o ar em dois” (p. 93). Ou quando trivializa “a vara fatal” com que “os olhos [Mercúrio] adormece” (II, 57) ao “nome doméstico [de] «cansaço»” (p. 94). Despojar o mundo da sua dimensão épica passa, portanto, por uma dessacralização da linguagem que mais não é do que a alegoria da impossibilidade de se cantar o prosaico contemporâneo com o “engenho e arte” (I, 2) da “tuba canora e belicosa” (I, 5) de Camões. É justamente essa erosão verbal, essa espécie de esgotamento da linguagem como metáfora de um disfuncionamento do mundo, que justifica a invocação travestida a Calíope – pois o escritor, “como o carregador de caixotes, (...) / precisa de ajuda”, do empurrão “de certas deusas da inspiração, / tal como é empurrada a velha camioneta que avariou” (p. 119) – ou a literalização da dimensão mítica da viagem, quando factualiza a Ilha dos Amores num encontro com prostitutas, já que, na contemporaneidade, “o desejo nunca se contenta com símbolos” (p. 382).

Se a desconstrução das redes lexicais, semânticas, referenciais e valorativas de *Os Lusíadas*, porque ancoradas numa estruturação épica, permite a *Uma Viagem à Índia* espelhar o rosto da nossa modernidade, contemplado agora, sem sobressalto, como um objecto meramente estético, o seu esvaziamento coloca-nos sobretudo a questão de saber como nos acomodar a um mundo que substituiu a teologia divina⁴ pela teleologia dos mercados financeiros, um mundo que os Deuses e os Heróis desertaram⁵, porque fez do individualismo

³ A título de exemplo, na contemporaneidade, “o sangue não é tirado à força com uma espada / como acontecia nas batalhas de séculos anteriores; / o sangue agora sai através de uma finíssima agulha / trazida por uma enfermeira obesa” (p. 228). Em “países [que] perderam estilo, / [mas] ganharam accionistas” (p. 175), “Até as guerras foram conquistadas pela boa / educação” (p. 174).

⁴ Cf. “Os deuses actuam / como se não existissem, e assim / não existem, de facto, com extrema eficácia” (p. 36).

⁵ Cf. “Os homens contemporâneos já não querem saber / de grandes feitos” (p. 172).

feroz, da comercialização dos afectos⁶, da indiferenciação axiológica, da mediatização da realidade⁷, do tédio e do ódio o seu paradoxal princípio ético.⁸

Só que, privada do enquadramento semântico e ideológico que a territorializava, esta matriz camonianiana acarreta uma descontinuidade diegética, que imprime uma estranheza ao texto de Gonçalo M. Tavares e ao mundo por ele construído – aquilo que Eduardo Lourenço apelida de um “olhar extraterrestre com que tão familiarmente subverte e converte a visão e a vivência do nosso quotidiano.”⁹ De facto, sendo a lógica discursiva de *Uma Viagem à Índia* exterior ao seu próprio universo textual, a fragmentação da linguagem, que deriva destes processos de disseminação lexical e reconstrução semântica, só pode ser repostada e legitimada com a justaposição de *Os Lusíadas*. É o caso da comparação dos Deuses com as formigas – “É evidente que as formigas trabalham mais / que os Deuses” (p. 81) –, cujo insólito se desvanece quando se percebe que, naquela estância da narrativa camonianiana, as Nereidas impedem as naus de entrar no porto de Mombaça, “quais pera a cova as próvidas formigas” (II, 23). Ou da afirmação de Bloom – “a violência humana pode temporariamente / mudar a cor das flores” (p. 181) –, cuja estranheza se dissipa quando confrontada com a metáfora da morte, no episódio da batalha de Aljubarrota, em que “A multidão da gente que perece / tem as flores da própria cor mudadas” (IV, 42). É essa hipertrofia textual que instaura uma leitura da suspeição, estrabismo tanto mais profícuo que a legibilidade de *Uma Viagem à Índia*, como texto mata-borrão, escrito a papel químico, carece dessa co-leitura ou sobreposição textual para que a obra plenamente se revele e afirme. Trata-se portanto de uma escrita a duas vozes, marcada pelo que poderíamos designar por ubiquidade linguística, que depende desse confronto com o paradigma

⁶ Cf. “Do coração dos homens o que as mulheres conhecem / são electrocardiogramas saudáveis. E vice-versa” (p. 225).

⁷ Cf. “Quem vê a revolução sangrenta na televisão da sua sala de estar / não acredita que lá fora possa existir / um único morto” (p. 231).

⁸ A esse propósito, veja-se o artigo de Ricardo Menéndez Salmón, “Flamme froide”, *Borges. Éloge de l’imaginaire*, Le Magazine Littéraire, n° 520, Juin 2012, pp. 72-73.

⁹ Eduardo Lourenço, “Uma viagem no coração do caos”, prefácio a *Uma Viagem à Índia* (Lisboa: Caminho, 2010), p. 17.

de *Os Lusíadas* para reordenar a sua aparente desorganização. As inverosimilhanças diegéticas são, aliás, um dos preços a pagar por essa intersecção verbal pois, se o poema épico de Camões é o mapa imprescindível à descodificação de *Uma Viagem à Índia*, a rota está já discursivamente traçada. Só assim se compreende que Bloom espere “que o vento sossegue” para “apanhar um avião para Londres” (p. 196); que se apresente ao parisiense Jean M. como vindo “desse bocado de espaço que se chama Europa” (p. 121); que sofra de escorbuto em Viena (ainda que “as doenças que[ira]m ser contemporâneas” – p. 237); e que “deixe de estar doente” (p. 238) em Praga, por ter finalmente aportado no cais melindano de Camões, nesse “[s]eu seguro porto / Cujá brandura e doce tratamento / [dá] saúde a um vivo e vida a um morto” (V, 85). Mas é sobretudo na reescrita paródica da viagem à Índia, enquanto “espaço mitológico de nós como ocidentais”¹⁰, que radica a dessacralização épica da obra de Gonçalo M. Tavares. Por um lado, privada do seu enquadramento diegético, a progressão espácio-temporal da viagem dilui-se, o que compromete irremediavelmente a sua dimensão factual. Por outro, rasurada a visão mítica da Índia, agora condenada à clausura de uma implacável circularidade ideológica, o fim da viagem mais não é do que um paradoxal regresso ao espaço e ao tempo de onde, na verdade, nunca se saiu¹¹: “À Índia não se chega” (p. 302), o “mundo [é] redondo”, “todos os lados são iguais” (p. 304) porque, onde quer que estejamos, “os homens falam a mesma língua: a de qualquer predador” (p. 421).

Uma vez mais, são procedimentos discursivos de disseminação vocabular e deslocação retórica que esbatem a factualidade narrativa dessa viagem, cuja coerência diegética é contudo assegurada pelo modelo semântico de *Os Lusíadas*, seu único móbil e álibi textual. Por isso, se no episódio do Consílio dos Deuses Marítimos o espaço e o tempo são factualmente elididos, a verdade é que a convocação da isotopia camoniana mantém a rota do poema épico de Camões, agora metaforicamente desviada quando Bloom “mergulh[a], em pensamentos, / nesse mar que não se deixa apanhar na fotografia” (p. 254). Ou quando

¹⁰ *Ibidem*, p. 16.

¹¹ *Ibidem*, p. 15.

preenche relatos de “sonhos e imaginações” (p. 190) com o mesmo vocabulário e imaginário aquático do episódio de D. Manuel. É justamente o pendor metanarrativo da obra, rede lexical sem suporte diegético – que substituiu os episódios do Cais de Belém ou da Tromba Marítima por reflexões sobre a maternidade ou “a mitologia da coragem que existe à volta de um marinheiro” (p. 213) – a estratégia discursiva que confere à viagem de Gonçalo M. Tavares a sua demora temporal como metáfora da deriva interpretativa a que o texto fatalmente nos sujeita. Por isso, se a rota de Bloom é a da superfície verbal de *Os Lusíadas*, a personagem pode legitimamente exclamar “O mar cheira!” (p. 256), não que este lhe seja acessível de uma qualquer cadeira de avião, mas porque atravessa o reino de Neptuno, que “De fumos enche a casa a rica massa / Que no mar nasce e Arábia em cheiro passa” (VI, 25). O encadeamento lógico de *Uma Viagem à Índia* é então o do modelo estruturante do poema de Camões, quer na progressão diegética da viagem quer na construção da própria obra¹², numa permeabilidade textual que radica, por exemplo, as preferências literárias de Bloom, que “também não gostava de narrativas amorosas” (p. 262), na convicção de Veloso de que “o trabalho do mar que tantas vezes custa / Não sofre amores nem delicadezas” (VI, 41).

Não é pois de estranhar que, por entre os meandros desse diálogo intertextual, se insinue a voz de Gonçalo M. Tavares. Seja respondendo a Camões – “É claro que um homem de acção estará mais preocupado com o estilo do seu murro (...) que propriamente com minúcias gramaticais” (p. 242) –, quando este se lamenta da falta de cultura dos heróis lusos. Seja dispensando o poeta de quinhentos, enxotando Vasco da Gama e os seus argumentos sobre a probidade lusa, porque “no século XXI (...), [ninguém] se dá já ao luxo de se fiar apenas em narrações e dispensar factos visíveis” (p. 351). Seja comentando ou abreviando o escritor clássico, considerando que a descrição da Ilha dos Amores está toda ela “bem organizada” (p. 387), com “Loureiros / pinheiros, álamos, coisas assim” (p. 387). Seja desertando a rota marítima de *Os Lusíadas*, para

¹² Grande parte das indicações deícticas remete para as coordenadas espaço-temporais de *Os Lusíadas*: “Há que elogiar, Bloom, nesta altura” (p. 238); “O parisiense aconselhou o nome de um amigo / que conhecia os caminhos que permitiam respeitar os acontecimentos” (p. 248).

dar “um pequeno passeio. E já regressamos”, porque “Há muito mundo. [E] o mundo não é apenas Bloom” (p. 382).

Perto daí (ou talvez longe) uma casa continua às escuras:
o pai ainda não voltou. E também aí há mundo.
A menina chora porque lhe dói o estômago e nem sequer há luz
para ela ver que nada existe na mesa.
A menina cai, e a mãe diz que quando o pai voltar
a levantará do chão – mas o pai não volta.
Há muito mundo, decadente e desesperado (p. 383)

Ao substituir o literal diegético do poema de Camões por comentários metanarrativos e metatextuais, Gonçalo M. Tavares minou e rasurou a dimensão factual da viagem, condenando-a assim à imobilidade de um percurso sem espaço ou tempo onde se efectivar, eco estagnado “de todas as peripécias que lhe são como um mar inacessível à plácida superfície do seu poema.”¹³ Neste contexto, a escolha hiper-literária de Bloom não enfatiza apenas a dimensão puramente ficcional dessa viagem à Índia, é antes a alegoria de todo o acto paródico, exemplificação emblemática das potencialidades e limitações dos processos de reescrita, tanto mais significativa que as incoerências que resultam dessa lateralidade textual traduzem os impasses de um Ocidente em busca de um ideal de absoluto. Ler *Uma Viagem à Índia* implica pois percorrer, estância a estância, vocábulo a vocábulo, uma rota discursiva atribulada, ameaçada por essas águas camonianas que invadem o tecido verbal, sulcadas não para retemperar forças retóricas (que deslocou) ou diegéticas (que rasurou), mas pelo simples gosto de navegar. Ler *Uma Viagem à Índia*, na medida em que implica ler *Os Lusíadas*¹⁴, é por isso o único empreendimento épico que a obra convoca, enquanto travessia de uma hermenêutica cruzada, nexos desconexos ou convergência divergente de dois territórios,

¹³ Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 17.

¹⁴ Numa entrevista a Carlos Vaz Marques, Gonçalo M. Tavares afirma que “*Uma Viagem à Índia* é muito claramente um livro em que o leitor tem de mudar de posição. Não pode lê-lo da mesma maneira que lê um outro livro”, *Revista Ler. Livros e Leitores*, nº 97, Dezembro 2010, p. 35.

que erige a linguagem, essa “máquina literária” (p. 259) capaz de dar “novos mundos ao mundo” (II, 45), como o “mar sem fim”¹⁵ de Pessoa.

Em suma, o discurso é o utensílio retórico que, ao comprometer os contornos espaço-temporais do périplo de Bloom, assinala a impossibilidade de a viagem ser, como para os marinheiros de quinhentos, a matriz de uma qualquer construção identitária ou redenção pátria. Neste contexto, a reescrita não pode ser encarada como um mero processo lúdico, é antes o testemunho de um universo fragmentado, já que o dispositivo de escavação lexical e exploração semântica denuncia a intrínseca ilogicidade e caoticidade do real, o que faz, paradoxalmente, da escrita de Gonçalo M. Tavares o único discurso capaz de se constituir como inscrição desse tempo pós-moderno, reconfiguração do mundo pela distorção figurativa e figurada do texto que originariamente o configurara. O que não deixa de ser irónico, pois são os recursos discursivos hipertextuais que, ao contribuírem para a metamodernidade discursiva de *Uma Viagem à Índia*, se instituem como o mais fiel reflexo da sua (e nossa) hiper-modernidade.¹⁶ O que acarreta um duplo curto-circuito: na medida em que a sua legibilidade fica refém de *Os Lusíadas*, *Uma Viagem à Índia* não consente, a não ser amputada, uma leitura autónoma; ao intrometer-se no conteúdo semântico do poema de Camões, a obra de Gonçalo M. Tavares dinamita qualquer significação atemporal que lhe possa ser imputada, a não ser que queiramos continuar presos a um passado que, em vez de nos libertar, nos enclausurou numa imagem mítica de nós próprios, com a qual confrontamos a nossa pequenez em vez de a superarmos.¹⁷ Erige-se assim sobre a dissolução de um tempo passado a imagem de um presente que a desconstrução verbal assinala como época de dissolução, como se a reificação lexical e semântica fosse a marca discursiva de um tempo necessariamente redutor. Aliás, as substituições sinonímicas a que o texto de Gonçalo M. Tavares procede não correspondem apenas a uma

¹⁵ Fernando Pessoa, “Padrão”, *Mensagem* (Lisboa: Ática, 1987).

¹⁶ De modo a aprofundar-se essa questão, aconselha-se a leitura das reflexões de Gilles Lipovetsky e Sébastien Charles em *Les Temps hypermodernes* (Paris: Livre de Poche, 2006).

¹⁷ Eduardo Lourenço, “Camões no presente”, *O Labirinto da Saudade* (Lisboa: Dom Quixote, 1991), pp. 149-160.

tradução contemporânea do léxico de Camões, são antes os vestígios ou os destroços verbais de um desnorte axiológico e ontológico que a palavra também encerra.

É porque a reescrita (como a viagem) é tudo menos “um método infalível” (p. 202) para esquecer que *Uma Viagem à Índia* – epopeia do esquecimento paradoxalmente inscrita sobre a permanência de uma memória – convoca a presença tutelar, ainda que muda, do progenitor assassinado, alegorizado pelo velho rádio do pai de Bloom, esse que fez a rota das Descobertas e “nem com a viagem voltou a funcionar” (p. 456), a que Gonçalo M. Tavares dá finalmente voz, essa voz parodicamente dissonante e distorcida de *Uma Viagem à Índia* que, na sua impossibilidade de cantar o mundo, talvez o diga. Num magistral exercício de dessacralização sacralizadora que, “se não abole a morte dos mortos, faz pelo menos dos vivos seus herdeiros e interlocutores.”¹⁸

¹⁸ Jeanne Marie Gagnebin, “O enigma do passado. Ricoeur e a «justa memória»”, *Ricoeur. Gadamer. Presença do outro e interpretação*, Revista Mente, Cérebro e Filosofia, nº 11, 2002, p. 49.